

“SOU CONTRÁRIO AO IPTU PROGRESSIVO  
E PRETENDO REDUZIR O ISS”

“SERÁ CRIADA A SECRETARIA DE TURISMO,  
FUNDAMENTAL NA GERAÇÃO DE EMPREGOS.  
O SETOR DE SERVIÇOS É A VOCAÇÃO DA CIDADE”

“A GUARDA CIVIL DEVE TER PODER  
DE POLÍCIA E ATUAR PREVENTIVAMENTE”

## ROMEU TUMA

*68 anos, advogado, ingressou na  
Polícia aos 20 anos. Foi diretor  
do DEOPS durante o regime militar.  
Em 1983, assumiu a Superintendência  
da Polícia Federal em São Paulo,  
sendo depois diretor-geral da PF,  
durante o governo Collor. Foi eleito  
senador pelo PFL em 1998.*



Planejamento, Administração e Finanças

**1. Arrecadação tributária.** A intenção do senador é reduzir os impostos sobre a atividade produtiva, principalmente no setor de serviços, que tem nos últimos anos se mostrado como a vocação da cidade. Assim, atingiríamos o objetivo de estancar a fuga de empresas da Capital — ou mesmo a transferência de fachada de suas sedes — para outros municípios; e conseguiríamos atrair novas empresas para o enorme mercado consumidor de São Paulo.

Tuma é contrário ao IPTU progressivo. O Imposto Predial e Territorial Urbano onera especialmente o comércio, que, ao contrário, tem de ser estimulado. Pretende também reduzir o ISS, muito alto em relação às alíquotas praticadas pelos municípios vizinhos. Essas medidas devem reduzir a sonegação — a carga tributária, não só do município, já é muito alta para o setor produtivo — e aumentar a arrecadação.

Quanto às “isenções para usos da elite”, podem ser compensadas com a cessão dos espaços dos clubes nos dias de semana, em que o movimento é menor, para a aplicação de programas sociais da prefeitura, relacionados ao lazer e ao esporte para camadas mais carentes da população.

**2. Combate à sonegação fiscal.** Como respondido na pergunta anterior, o senador pretende estabelecer uma tributação mais justa e suportável para a população e setor produtivo, o que vai diminuir a sonegação e aumentar a arrecadação municipal. O exemplo, no entanto, deve vir da Prefeitura. O combate à corrupção na administração pública e a melhor aplicação dos recursos públicos daria ao contribuinte maior tranquilidade em relação ao pagamento de impostos. A sonegação cairá bastante, porque um comerciante não terá mais que usar de métodos ilícitos, não será mais subornado por fiscais e vice-versa. Ele terá realmente condições de aplicar a lei do custo-benefício. Automaticamente, passará a extrair notas fiscais. É uma questão de criar uma cultura da honestidade e dignidade em todos os sentidos da sociedade.

**3. a) Subprefeituras.** A criação de subprefeituras e respectivos conselhos populares (de representantes) faz parte das propostas de governo do candidato. Os conselhos deverão colaborar com os subprefeitos e, junto com ouvidores em cada unidade, fiscalizar sua atuação. As administrações regionais emprestarão a estrutura e passarão a funcionar como uma prefeitura em tamanho me-

nor, porém com mais agilidade e autonomia para solucionar os problemas locais.

**b) Instância metropolitana de governo.** A implementação de uma agência metropolitana de desenvolvimento é desejável. Mas, se esse canal não for estabelecido, a Prefeitura buscará, por meio do próprio prefeito e de suas secretarias, a cooperação com os governos e as secretarias do Estado e de municípios vizinhos.

Saúde Pública

**1. a) Formulação das políticas.** O candidato tem procurado acompanhar as necessidades da população mais carente nos compromissos de campanha e conversado sobre a área de saúde, prioritária para o senador, com especialistas do Incor, onde é conselheiro, do HC e integrantes e ex-integrantes de governos federais, estaduais e municipais. O objetivo é apresentar um programa de governo durante a campanha para aprovação popular e permitir o acompanhamento social de sua execução e desenvolvimento por um sistema de ouvidorias. Entidades representativas da sociedade na área de saúde, entre outros setores, integrarão os conselhos populares (de representantes) das subprefeituras — para o acompanhamento das necessidades regionais — e terão ainda acesso ao canal junto ao prefeito da Secretaria das Comunidades. O norte é um sistema público em conformidade com o SUS, que é um projeto da sociedade e não do administrador, com foco na medicina preventiva, atendimento domiciliar, volante ou próximo às regiões mais carentes, além do emprego de residentes de medicina e agentes multiplicadores para procedimentos menos complexos.

**b) PSF-Qualis.** Políticas públicas de interesse social devem ter continuidade.

**c) Percentual do orçamento.** A vinculação de recursos engessa a administração pública, que é dinâmica, mas a situação caótica da área de saúde assim o exige. É o caso da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Saúde, em tramitação no Congresso e que contou com o voto do senador. O projeto obriga as prefeituras a investir na área 7% do orçamento municipal, com aumento em quatro anos para 15%. O orçamento da cidade gira em torno dos R\$ 7 bilhões. Até o final da gestão Tuma, portanto, a verba destinada a esse fim teria de passar de R\$ 490 milhões (já é maior que isso) para R\$ 1,05 bilhão.

Como parte desse bolo, o candidato pretende aplicar de forma adequada em um sistema público de saúde o dinheiro do SIMS (substituto do PAS), que consome hoje uma verba anual de cerca de R\$ 600 milhões em um sistema de cooperativas que visam ao lucro e não fazem licitações — há denúncias de superfaturamento na compra de remédios e equipamentos.

Além disso, com o fim das restrições constitucionais que o SIMS (que será gradualmente extinto) sofre hoje por não atender aos princípios do SUS, o governo federal voltaria a destinar ao município cerca de R\$ 250 milhões/ano. Já seriam R\$ 750 milhões por ano para a área em São Paulo, com o objetivo de chegar a mais de R\$ 1 bilhão.

**d) Cargos.** Todos os cargos da administração municipal serão preenchidos por meio de concurso público, como manda a legislação.

**2. a) Gerenciamento compartilhado dos hospitais com a população, b) conselhos regionais de saúde.** Todas as áreas de cunho regional estarão representadas nas subprefeituras.

**3. PAS x SUS.** O candidato não pretende manter o PAS. O sistema de saúde que pretende implantar é coe-rente com o SUS.

**4. Propostas de Herval Ribeiro, Josefina Salum e Evelin Naked.** O senador pretende o envolvimento de assistentes sociais no trabalho de identificação das necessidades da população na área de saúde e a descentralização dos serviços por meio das subprefeituras, além do respeito à liberdades de organização dos trabalhadores e da população.

## Habitação

### 1. Política habitacional

Forte apoio ao programa de mutirão, porque há uma participação ativa da comunidade, com a Prefeitura fornecendo o material, a área de engenharia e a possibilidade de a construção sair com qualidade e a muito baixo custo. As comunidades escolherão o modelo de programa habitacional, dentre os já existentes, que mais se adequa à sua realidade.

Regularização de loteamentos clandestinos, com o desenvolvimento de infra-estrutura a cargo da prefeitura. Nas áreas de mananciais, o objetivo é a construção de moradias em condições similares e próximas às dos invasores e sua transferência.

Recuperação das operações urbanas interligadas, em que se autoriza a construção de uma área maior pela proporcionalidade do terreno e, em contrapartida, exige o investimento da diferença em casas populares.

Estímulo à ocupação residencial (e comercial) dos prédios do centro da cidade, por meio de sua revitalização.

**2. Revitalização do Centro.** Mais de 50% dos prédios do Centro de São Paulo estão vazios e funcionando como redutos marginais. A intenção do candidato é conceder incentivos fiscais e de infra-estrutura para a reocupação residencial e comercial da região. É o caso da permanência da sede de governo no Parque D. Pedro II e a transferência de outros órgãos municipais para o centro. O projeto envolve ainda a criação de “Shoppings do Povo” verticais para retirar os vendedores ambulantes das ruas, transformando-os em microempresários. A proposta é estruturá-los nos moldes de um shopping center popular. Os camelôs que trabalham com produtos originários de cargas roubadas e contrabando serão proibidos pela Guarda Civil. O problema do lixo, dispersado por catadores, deve ser equacionado por meio de uma programação que envolva o recolhimento logo após o depósito na rua. Também serão desenvolvidas áreas de lazer e cultura nos calçadões, prédios públicos e naqueles que serão reocupados. Por fim, é necessário que se facilite a chegada da população à área central da cidade por intermédio dos meios de transporte.

**3. Ocupações em áreas de mananciais.** O candidato vai providenciar a remoção desses moradores, oferecendo outra moradia regularizada em área próxima. As novas habitações e áreas terão a infra-estrutura necessária para atrair os invasores das áreas de mananciais.

**4. Urbanização de favelas.** Sim. Nas favelas, grupos marginais, como traficantes de drogas, acabam substituindo o poder do Estado. A Prefeitura tem de retomar o controle, substituindo o poder do medo e o assistencialismo dos traficantes pela execução dos serviços de saúde, educação e limpeza pública, pela construção de infra-estrutura urbana e regularização da posse e moradia. O modelo de projeto habitacional que a prefeitura adotará será discutido com cada comunidade.

## Transporte Coletivo

**1. O candidato concorda com o diagnóstico?** Concorde. O metrô precisa avançar. É inconcebível uma cidade

com o porte de São Paulo, uma das maiores do mundo, tendo apenas 49,2 quilômetros de extensão. O início do metrô foi responsabilidade da Prefeitura. A administração municipal tem que voltar a participar e interagir com o Estado, visando à meta de igualar o metrô paulistano aos demais existentes no mundo, como Londres, Nova Iorque, Paris e Moscou, conhecidos mundialmente pela sua eficiência como meio de transporte.

2.a) Planos Diretor e de Transportes, b) descentralização, c) prioridade imediata para o transporte coletivo, d) ampliação das linhas do metrô. O candidato entende que as políticas públicas estão sempre a reboque de situações emergenciais. A intenção de Tuma é inverter o processo, estabelecendo planos de médio e longo prazos para todos os setores prioritários de atuação da prefeitura. É o caso da criação de um Plano Diretor e a alteração da Lei de Zoneamento para algo mais permanente e menos sujeito a interferências alheias ao interesse público, estabelecendo a criação de pólos de desenvolvimento.

As propostas de governo também incluem a expansão dos corredores de ônibus e complementariedade entre os diferentes tipos de transporte. No caso das peruas e vans, está prevista a realização de uma nova licitação no início do governo para regularização e implementação em linhas que não serão cobertas pelo sistema de ônibus, em integração inclusive por meio de terminais e passagens. O projeto de integração envolverá o Metrô. Tuma pretende ainda adotar um sistema de financiamento para a manutenção de veículos do transporte alternativo.

Sobre o Metrô, a proposta é ampliar as linhas com o envolvimento financeiro da Prefeitura, em cooperação com o Governo do Estado. Todas as propostas, não somente para a área de transporte, envolvem a cooperação com o Estado e demais governos municipais da Região Metropolitana de São Paulo. É o caso do Rodoanel, que também contará com a colaboração da Prefeitura, que entrará com a cessão de terrenos no traçado da obra ou, mesmo, em áreas próximas para permuta, além do aporte financeiro que lhe cabe e não vem sendo feito.

**3. Investimento na Companhia do Metropolitano.** Redução do ISS para atração de empresas e desestímulo à sonegação, objetivando o aumento da arrecadação; parcerias com a iniciativa privada em novos empreendimentos; estancar o ralo da corrupção. Outros dois pontos importantes, que não foram citados, são a realização

de um plano global de reescalonamento da dívida do município e um levantamento da receita que a Prefeitura tem a receber com a dívida ativa.

**4. Interferência da população na definição de linhas.** A participação ocorrerá por meio das subprefeituras, onde estarão representadas todas as instâncias da prefeitura e entidades da sociedade civil — por meio do conselho popular (de representantes). A Prefeitura é responsável pelas concessões das linhas e as subprefeituras terão o controle do conselho.

### Poluição Atmosférica

**1. Planejamento de médio e longo prazos.** Como dito anteriormente, o candidato entende que as políticas públicas estão sempre a reboque de situações emergenciais. A intenção é inverter o processo, estabelecendo planos de médio e longo prazos, elaborando um plano diretor. Mais do que a restrição ao transporte individual, é importante tornar o transporte coletivo atraente, de forma a que o cidadão prescindia do individual. O rodízio, no limite do necessário, será mantido até que se atinja essa situação.

**2. Concorda que a política de transportes deve ser integrada e metropolitana e com a urgência na construção do Anel Viário?** Sim, inclusive com a participação da Prefeitura no chamado Rodoanel.

**3. Inversão de prioridades e orçamento participativo.** O transporte coletivo é prioritário e, portanto, não serão privilegiados túneis — até mesmo para que sobre recursos para áreas prioritárias no programa de governo, como saúde, educação e segurança. A incompatibilidade desse gênero de obra viária com uma política de controle da poluição atmosférica, elemento que influi na saúde da população, é mais uma agravante. Haverá a discussão das prioridades regionais por meio das subprefeituras e da Secretaria das Comunidades, conforme exposto.

4. Aumento da frota de ônibus, frota a gás, fechamento do Centro, transporte pago pelo IPTU

Estão entre as propostas do candidato: aumento da frota de ônibus e renovação; linhas circulares; ampliação dos corredores de ônibus; estímulo à renovação da frota de automóveis e implantação do sistema de fiscalização de veículos; campanhas educativas.

### Emprego e Desenvolvimento

**1. A política econômica e a taxa de juros exercem**

**maior influência sobre o emprego do que as políticas municipais?** O município tem um papel importante a desempenhar nessa área e deve suprir as deficiências provocadas por outras esferas de governo.

**2. Propostas de Maria Cristina Cacciamali.** O senador Romeu Tuma entende que as comunidades da periferia de São Paulo poderiam ser envolvidas em trabalho público remunerado que hoje não é executado da devida forma, como no caso da limpeza pública nessas regiões. Dessa forma, economizariam o transporte coletivo, que, por sua vez, ficaria menos sobrecarregado. Estariam ainda cuidando do próprio quintal, o que se faz com mais gosto. A coordenação desse trabalho estará a cargo da futura Secretaria das Comunidades, que atenderá ONGs e entidades de bairro — as quais terão participação nos conselhos das subprefeituras. Sobre o segundo ponto, defende, realmente, uma maior integração com o Governo do Estado — em todas as áreas. Já manifestou também a intenção de criar a Secretaria de Turismo, que, junto com a continuidade das obras já em andamento na cidade, será fundamental na geração de empregos: o setor de serviços é o que mais emprega e a vocação da cidade. Para estimular o trabalho formal, o candidato pretende ainda incentivar a constituição de microempresas — como no caso dos vendedores ambulantes e perueiros.

## Segurança

**1. Policiamento comunitário.** O candidato é favorável ao policiamento comunitário, mas, ao contrário do que acontece hoje, com grande suporte financeiro do poder público nos três níveis de governo, a exemplo de países como os Estados Unidos. Acredita ainda que a Guarda Civil Metropolitana, hoje composta de vigilantes, deve ter poder de polícia, inclusive para garantir a segurança nos espaços públicos da cidade. Defende uma atuação preventiva da GCM, em conjunto e comunicação com as polícias estaduais. Há cerca de dois anos, o senador apresentou PEC que recebeu o n.º 87/99. A proposição objetiva alterar o parágrafo 8.º do artigo 144 da Constituição, que diz: “Os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei”. Pela PEC, o parágrafo ficaria assim: “Os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços, instalações e lo-

*gradouros públicos municipais, conforme dispuser a lei e, ainda, através de convênio com o Estado, executar serviços de policiamento ostensivo e preventivo”. A PEC está agendada para ser votada pelo plenário do Senado no dia 3 de outubro.*

**3. Guarda Civil Metropolitana.** A proposta é de policiamento preventivo — não ostensivo, portanto — e favorável ao respeito aos direitos humanos. O senador Romeu Tuma defende a criação de uma academia de polícia para a GCM e o estudo, entre outras disciplinas necessárias ao trabalho policial, de técnicas não letais de intervenção.

**4. Ações conjuntas.** A coordenação da atuação conjunta das polícias estaduais com a GCM deve partir da Secretaria Estadual de Segurança Pública. Tanto é que o candidato não pretende criar uma secretaria à parte para o controle da GCM, mas inseri-la na estrutura de uma Secretaria de Justiça.

## Educação

**1. Aplicação dos 30%.** Sim. O aumento dos investimentos em educação tem relação direta com a redução da violência.

**2. Municipalização do ensino.** Concorde e defende a aplicação correta do Fundef.

**2. Separação das crianças.** O candidato entende que é complicado para uma família dispor os filhos em escolas diferentes e motivo de evasão escolar, o que deve ser combatido.

**4. Alfabetização de adultos.** Tem um projeto de envolvimento das famílias nas escolas dos filhos, de forma a que o desenvolvimento dos pais contribua com o dos jovens.

**5. Salário dos professores.** A escola infantil e ensino fundamental devem ter um investimento forte da Prefeitura, principalmente para restabelecer o orgulho do professor em poder dar aula. Hoje, pelo próprio medo e pelo desestímulo salarial, eles têm se afastado do ensino, ou fazem aquilo por uma obrigação funcional.

**6. Ampliação de vagas de qualidade.** A Prefeitura, da forma como se tem colocado a atual administração, é uma caixa de surpresas. É preciso avaliar a situação de caixa do município antes de estabelecer metas para a construção de escolas e creches, embora o candidato tenha a educação — com a saúde e a segurança — como prioridade e tenha certeza de que vai ampliar a rede física e aproveitar os prédios ociosos do município.